



CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARINETE DE MELO FERREIRA

INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2019

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARINETE DE MELO FERREIRA

INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2019

MARINETE DE MELO FERREIRA

INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de curso TCC
apresentado à coordenação do curso de
graduação em Serviço Social da UNILEÃO -
Centro Universitário Doutor Leão Sampaio
como requisito para obtenção do grau de
bacharelado em Serviço Social.

Orientadora: Maria Clara Oliveira Figueiredo

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2019

MARINETE DE MELO FERREIRA

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da UNILEÃO - Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, como requisito para obtenção do grau de bacharelado e Licenciatura em Serviço Social;

Orientador. Maria Clara Oliveira Figueiredo.

Data da aprovação ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora: Prof. Me. Maria Clara Oliveira Figueiredo

Prof. Esp. Cícero Reginaldo Nascimento Santos

Prof. Esp. Maria Dalva Silva Ribeiro

Juazeiro do Norte- CE

2019

A Deus, que nos criou e foi criativo nessa tarefa, seu fôlego de vida, foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades.

A minha filha Monalysa Melo que sempre esteve ao meu lado.

A minha orientadora pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivo.

E a todos que direta ou indiretamente me deram apoio ou que fizeram parte da minha formação.

Dedico este trabalho aos meus filhos que estiveram comigo a todo o momento, aguentando meus estresses e reclamações. A meus pais, José e Josefa, aos meus irmãos e a todos os meus amigos, que me deram força para que eu continuasse até o fim.

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imune Deficiência Adquirida

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SANS - Segurança Alimentar e Nutricional e Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPITULO I. CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL.....	13
1.1. Exclusão Social	13
1.2. Invisibilidade da Pessoa em Situação de Rua.....	21
 CAPITULO II. SURGIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO SISTEMA CAPITALISTA	29
2.1. Surgimento das Políticas Sociais	29
2.2. Resgate Histórico da Política da Assistência Social no Brasil	37
2.3. Centro Pop.....	41
2.4 Espaço Social Assistencial da Pessoa em Situação de Rua	47
 CAPITULO III.....	50
3.1. METODOLOGIA.....	50
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

RESUMO: Sob o ponto de vista sociológico, pessoas em situação de rua constituem um problema social que afeta milhares de pessoas no Brasil. Nesse contexto, esse estudo focaliza fenômenos de violência moral e física contra as pessoas em situação de rua em cidades brasileiras. A dificuldade do grupo para encontrar um suporte mínimo cria uma ameaça de desfiliação. Esse processo, o qual envolve estigmatização, possibilita identificar um padrão de vulnerabilidade espacial do grupo. Conclui-se que as políticas para as pessoas em situação de rua não são suficientes para oferecer ao grupo esforços públicos integrados para a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em Situação de Rua; Direitos Humanos; Cidadania

INVISIBILITY OF THE PERSON IN STREET SITUATION IN BRAZIL

ABSTRACT: From the sociological point of view, people living on the streets constitute a social problem that affects thousands of people in Brazil. In this context, this study focuses on phenomena of moral and physical violence against street people in Brazilian cities. The group's difficulty in finding minimal support creates a threat of disfellowshipping. This process, which involves stigmatization, makes it possible to identify a group's spatial vulnerability pattern. It is concluded that policies for street people are not sufficient to provide the group with integrated public efforts for citizenship.

KEYWORDS: Street People; Human rights; Citizenship

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a Invisibilidade da pessoa em situação de rua no Brasil (PSR) e sua relação com o preconceito/estigma. Este tema foi escolhido a partir de uma inquietação gerada durante a inserção no campo de estágio obrigatório I e II.

Conforme Silva (2006), através das ações realizadas pelo Serviço Social, tornaram-se evidentes as dificuldades e limitações para acessar os serviços de proteção social por estes usuários. Tendo em vista os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva de programas, os projetos e serviços são fatores que contribuem para a não efetivação dos direitos da PSR.

As delimitações acerca do tema escolhido ocorreram da seguinte forma: a primeira foi feita sobre a experiência vivenciada no estágio supervisionado, a chamada população em situação de rua, trabalhando-se especificamente com a questão da exclusão social. Posteriormente, foi delimitada a violação dos direitos dos mesmos e a posição da sociedade no que tange ao preconceito e estigma.

A delimitação seguinte considerou alguns aspectos necessários ao entendimento do problema de pesquisa, a experiência de estágio obrigatório, o trabalho realizado, a legislação que norteia este público, políticas públicas destinadas, entre outros temas.

A escolha deste tema é consequência de anseios advindos do estágio obrigatório. Cumprindo-se as atividades do estágio obrigatório I e II, realizamos um projeto de intervenção (em anexo), o qual subsidiou no desenvolvimento deste trabalho. Uma vez que, inclusive no serviço de acolhimento, obteve-se a oportunidade de analisar de forma empírica e crítica o processo de exclusão sofrido por esta população, por meio do preconceito e estigma.

Sendo assim, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em elucidar a questão “De que forma o preconceito e o estigma da sociedade atingem a população em situação de rua?”, considerando o contexto em que isso ocorre. Embora as causas dessa saída às ruas sejam diversas, há

predominância dos vícios, abandono/trauma familiar, distúrbios psicológicos e neurológicos. O ingresso ao mundo das sarjetas e pontes está ligado não só ao uso do álcool e drogas, mas o abuso de tais substâncias é o ponto que enfraquece e rompe os laços familiares se é que eles existiram.

Essas perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão apartadas.

Entre as hipóteses possíveis para responder ao problema de pesquisa, foram levadas em conta: o fato da PSR ser estigmatizada e rotulada como “vagabundos”, “vadios”, entre outros nomes, levando muitas pessoas a fecharem os olhos para esse público, sem oferecer oportunidades, prejudicando as relações sociais; a ineficiência de intervenção do Estado no que tange a “emancipação e manutenção” de condições dignas de vida da PSR provoca a elevada vulnerabilidade, contribuindo para estigmatização; o fato de a sociedade não oferecer possibilidades de inserção no mercado de trabalho levar muitas pessoas a recorrerem novamente às ruas para sobreviverem.

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho é Analisar os aspectos sociais econômicos da condição das pessoas em situação de rua. Assim sendo, este trabalho, tem como objetivos específicos: discutir os conceitos de pobreza e exclusão social; Identificar como as políticas públicas atendem a pessoa em situação de rua de rua Brasil, apontando marco legal limites e possibilidades.

Diante disto, este estudo se inicia a partir de uma óptica que entende o surgimento do fenômeno da PSR como expressão da questão social e de um amplo processo social e histórico.

Tal processo seria derivado da forma de estruturação da sociedade capitalista, mediada pela exploração e desigualdades sociais. Nesse contexto, Silva (2006, p. 88) aborda que são recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões, de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho.

As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem a responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e geralmente conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

Com isso, pretende-se abordar a não inserção dessa população no mercado de trabalho, seja por motivos da imagem desqualificada que esse segmento tem, seja pela falta de oportunidades.

O não reconhecimento de situações como o desemprego para este segmento e a desqualificação social também fazem parte do processo de exclusão e são expressões da questão social, condicionadas por fatores conjunturais e estruturais, e não por “incompetências individuais”. A autculpabilização, expressa na fala dos usuários, acentua o sentimento de fracasso, ocasionando o fechamento do sujeito sobre si mesmo e a perda de referências. O que a nosso ver, expressam preconceito e estigma.

A metodologia utilizada para desenvolver este TCC consiste em pesquisa bibliográfica, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica, leitura interpretativa, através de Livros internet monografia etc.

Nesse sentido, este trabalho apresentará relevância teórica e crítica a respeito das dificuldades de acesso aos direitos dos indivíduos em situação de rua, decorrentes do movimento histórico-social da sociedade capitalista. Apresentará também, importância social ao provocar o debate acerca do tema, tendo em vista que este, apesar de suas implicações sociais, ainda é um assunto pouco explorado pelo Serviço Social.

Enfim, pode-se afirmar que o presente trabalho visa contribuir para a discussão acerca do preconceito e estigma sofrido pela PSR, e as possibilidades e limites encontrados pelos assistentes sociais no enfrentamento desta questão. Por fim, teceremos as considerações finais, que visando à continuidade da discussão e reflexão sobre esta temática, busca contribuir para a construção de conhecimentos na área da PSR, preconceitos e estigmas.

CAPITULO I CONCEITO DA EXCLUSÃO SOCIAL.

1. EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social é a segregação de grupos de pessoas a determinados direitos básicos da sociedade. Esta exclusão é geralmente referenciada por meio de uma específica maneira de desigualdade. Essa exclusão retrata as variadas formas que um cidadão, ou grupo de cidadãos, é separado do convívio social. Desta forma, há uma segregação ocasionada por algum motivo intelectual, econômico ou mesmo social. Dessa forma, a exclusão social trata, em suma, do processo gradual em que indivíduos são excluídos de um dado convívio. Estes não possuirão os mesmos acessos que outro grupo, privilegiado, assim, pela situação.

O trabalho é uma construção social que não emerge sob o capitalismo. Entretanto, a partir desse modo de produção, assume novas determinações e configurações, alterando profundamente o sentido do trabalho. No capitalismo, o trabalho é transformando em assalariado, convertendo em mero meio de subsistência, tornando mercadoria e é subordinado ao capital. Para Marx, o caráter peculiar do trabalho no modo de produção capitalista é produzir mercadorias que não sejam apenas valor de uso, mas valor de troca.

Também, nesse modo de produção, o processo de consumo da força laboral revela dois fenômenos característicos: o trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho; e o produto é propriedade do capitalista, e não do trabalhador.

A força de trabalho como mercadoria consiste em produzir valores, apresentando como único produto que permite o processo de valorização. A finalidade imediata do trabalho é a produção da mais-valor, antes que a produção dos valores de uso necessário à vida. Na análise marxiana, o valor de uma mercadoria é delimitado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, considerando que toda mercadoria possui valor por conter objetivação da atividade humana.

Max, ao tratar a teoria do valor trabalho, ou seja, do trabalho vivo como formador de valor evidencia que na sociedade burguesa a classe trabalhadora é a produtora da riqueza social. No processo de desenvolvimento do capitalismo, tem-se o aumento da composição orgânica do capital , que consiste em elevar o investimento em capital constante em detrimento do capital variável.

Essa relação impacta no aumento de trabalhadores impedidos da possibilidade da venda de sua força de laboral. O investimento do capital em tecnologias e meios de trabalho visa à redução do trabalho vivo e a possibilita, como também intensifica e desenvolve suas forças produtivas, implicando na expulsão de grandes contingentes de trabalhadores.

Esse sistema é baseado na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza produzida socialmente, ou seja, de empobrecer aqueles que produzem a riqueza. Maranhão (2008) sinaliza que, no interior da dinâmica capitalista, o capital tem a necessidade de afirmar a força de trabalho, uma vez que é a sua fonte de extração de mais-valia e expansão de valor, entretanto, esse modo de produção cria constantemente mecanismos que negam o trabalho vivo, face da acumulação e da retomada da taxa de lucros.

Como alerta Marx (2013, p. 705), “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”.

Na dinâmica da sociabilidade burguesa, torna-se necessário criar uma superpopulação relativa que, segundo Maranhão (2010), trata de uma população acima da necessidade imediata de incorporação à produção, composta por um conjunto heterogêneo e multifacetado da população de trabalhadores, que se encontra desempregado ou parcialmente desempregado.

A superpopulação relativa cresce ou diminui de acordo com a lógica de reprodução ampliada do capital, pois a cada estágio do capitalismo, apresenta novas configurações e complexidades. Certamente, acentuando as contradições entre os bens produzidos e a sua apropriação privada.

Nesse sentido, as formulações marxianas sobre a lei geral de acumulação capitalista são imprescindíveis para a compreensão do atual padrão de acumulação do capital, com profundas transformações nas relações e condições de trabalho, pois a composição do capital e as alterações decorrentes do processo de acumulação repercutem na influência que o capital exerce sobre o destino e a vida da classe trabalhadora.

A desvalorização da força de trabalho torna uma constante investida dos capitalistas à queda da taxa de lucros, incidindo na dinâmica de integração ou expulsão da força de trabalho em contextos históricos determinados.

A década de 1970 foi palco de uma crise que atingiu o sistema capitalista, com quedas acentuadas nas taxas de lucros e crescimento. Essa situação fez com que os capitalistas apresentassem estratégias para frear essa tendência. Essa crise estrutural do capital promoveu o esgotamento do período dos “anos dourados” do capitalismo, marcado pelo modelo fordista de produção e do modelo keynesiano, caracterizado pela lógica da produção e consumo em massa, associado à ampliação da intervenção estatal. Considerando a lei de acumulação, Marx argumenta que, quando ocorre queda considerável da taxa de lucros, o “próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente” (MARX, 2013, p. 697).

Maranhão (2010), a partir da análise marxiana, destaca que, dentre os efeitos para enfrentar e superar as crises cíclicas tem-se: a elevação do grau da exploração do trabalho; a compressão do salário abaixo do seu valor; o barateamento do capital constante; e o aumento ou renovação da superpopulação relativa, como meio de fornecer contrapeso à queda dos lucros.

Como forma de enfrentar a crise estrutural do capitalismo, Guerra (2010) sinaliza algumas estratégias, dentre as quais: a ampliação do mercado, ou mundialização do mercado; supressão das fronteiras e barreiras entre os países, objetivando o movimento do capital em busca de autovalorização; investimento na área financeira, com tendência à esfera da especulação em detrimento da esfera da produção; funcionalização do Estado, repercutindo na retirada de determinadas funções sociais, caracterizada pela ofensiva neoliberal; ainda, o refluxo e ofensiva dos sindicatos. Pressupõe-se que essas transformações, decorrentes do estágio de financeirização do capital, permeiam distintas dimensões da vida social, refletindo nas relações e formas de consumo e gestão do trabalho, redefinições do papel e organização do Estado, novas configurações e tendências das políticas sociais, da sociabilidade individual e coletiva, com reforço ao individualismo, competitividade e impactos na capacidade de organização e luta coletiva.

É importante destacar que os trabalhadores, de acordo com o momento histórico e as suas condições objetivas e subjetivas, criaram diferentes formas de organização e objetivos de lutas. Nos países periféricos e dependentes, os efeitos deletérios das pressões para adoção de ajustes socioeconômicos, frente à crise estrutural do capital, desencadeiam efeitos deletérios sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores.

As estratégias de enfrentamento da crise no Brasil revelam e associam os traços constitutivos da formação social, econômica, política, ideológica e cultural do país, como a “dependência e exclusão econômico-social” (GUERRA, 2010). No Brasil, as mediações particulares da precarização das relações e condições de trabalho, sob as formas multifacetadas e heterogêneas, são intensificadas com as determinações do atual padrão de acumulação capitalista. Isso aliado às resoluções dos governos que se apoiavam na redução dos custos do Estado, traduzidas em privatizações, atreladas à ofensiva ao trabalho.

Esse contexto, segundo Harvey (2004), aponta para a “acumulação por espoliação”, caracterizando o “novo imperialismo”, como forma mais predatória do capital, atualizando novas formas de expropriação do trabalho, afetando diretamente os trabalhadores, seja com a privatização de bens públicos, ou com a regressão da proteção e regulação do trabalho e de direitos.

Essa situação é complexificada no país que não experimentou reformas sociais, e que historicamente é consubstanciada a cultura do favor e do não direito, cujos direitos regulamentados constitucionalmente não se efetivaram. Portanto, presencia o desmonte de direitos, dos sistemas de proteção social conquistados pela luta da classe trabalhadora.

Considerando as particularidades da formação social do Brasil, a luta por direitos sociais é imperiosa para as relações sociais, em que a intensificação da exploração, associada à inexistência ou não da efetivação de direitos são recorrentes na realidade brasileira, especialmente num contexto em que a regressão legal é contundente na atual lógica de acumulação capitalista.

Ressalta-se que a subtração de direitos e proteção alcançada é uma expressão da expropriação contemporânea, que nesse contexto, a precarização do trabalho e dos trabalhadores evidencia a particularidade do capitalismo na atualidade. Defende-se que esse processo remete às relações e condições de trabalho, abrangendo o acúmulo de atividades, a intensificação do trabalho e dos mecanismos de controle, como também reflete as precárias condições de vida dos trabalhadores, determinadas pelo atual padrão de acumulação capitalista.

O cenário de novas formas de consumo do trabalho favorece a submeter-se e aceitar a situação de precarização, terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, enfim, precárias condições de vida. Isso concorre para a intensificação da força de trabalho e rebaixamento salarial. Esse cenário repercute na ampliação da precarização do trabalho, seja

manual e intelectual, a qual se manifesta sob as diversas formas de exploração pelo mercado.

Assim, a terceirização e a subcontratação apresentam-se como opção viável ao capital, ao mesmo tempo, torna-se destrutiva para o trabalho, refletindo, portanto, na redução, em muitos casos, a eliminação de direitos sociais dos trabalhadores formais e terceirizados, rebaixamento salarial, insegurança e instabilidade no trabalho.

Druck (2001) defende que, no Brasil, especialmente, a partir da década de 1990, vem se desenvolvendo centralmente duas práticas de gestão do trabalho, que são: os programas de qualidade total e a terceirização.

Concernente aos programas de qualidade total, o autor evidencia seu aspecto ideológico, que tem ambiente político propício para serem aplicados visando a resultados positivos para as empresas. Esses programas têm como principal objetivo convencer sobre a cultura da qualidade, que é sustentada pelo envolvimento e cooperação do trabalhador, transformando-o num “parceiro”, facilitando que este interiorize as metas e objetivos da empresa, visando à maior produtividade, racionalidade e redução de custo.

Conforme a mencionada autora, a justificativa para adoção da terceirização é pautada na competitividade para alcançar a modernidade, já que exige a busca por produtividade e qualidade. Explicita, portanto, que é necessário dividir responsabilidades, descentralizar e transferir compromissos.

Assim, a precarização social do trabalho na contemporaneidade tem centralidade nas transformações produtivas do capitalismo. Conforme Antunes e Duck (2014), nas últimas décadas, no Brasil, a difusão e o crescimento da terceirização reafirmam a precarização como modalidade de gestão, organização e controle do trabalho, que sob a lógica da acumulação financeira, instituindo um novo de tipo que dirige a relação capital trabalho em todas as demissões.

Instituir a flexibilização e a precarização moderna do trabalho renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho na realidade brasileira, isto porque, diferentemente dos países que tiveram experiência histórica do Estado de bem-estar social, o Brasil, como país periférico e dependente, não constituiu essa forma de Estado, conseqüentemente, os direitos sociais não ganharam efetividade, muito menos, dimensão de universalidade de direitos e proteção social.

Dessa forma, a restauração do capitalismo, a constituição das transformações que operam no país, especialmente a partir da década de 1990, afeta sobremaneira o conjunto da classe trabalhadora. Como aponta Iamamoto (2009), no atual estágio de desenvolvimento do capital, radicaliza o pensamento liberal, em que revela o mercado como regulador das necessidades sociais; o enfoque no indivíduo produtor e competitivo repercute na desarticulação das lutas coletivas; e o estímulo à privatização e mercantilização das necessidades sociais.

A crescente tendência da privatização e da mercantilização dos direitos e políticas sociais, traz efeitos nefastos e desafiadores para o conjunto dos trabalhadores. É importante enfatizar que a privatização é estratégica e funcional ao movimento do capital contemporâneo sob a égide neoliberal.

A privatização ou mercantilização dos serviços implica na redução do investimento dos salários para a sobrevivência dos trabalhadores, em um contexto cujo acirramento das desigualdades e empobrecimento da classe trabalhadora reafirma a tendência da lei geral da acumulação capitalista.

Assim, parcelas dos salários são convertidas para pagar bens e serviços, a exemplo da saúde, educação, previdência, explicitando as formas contemporâneas de expropriações, cuja supressão de direitos sociais e trabalhistas afeta a vida e a condição de existência dos trabalhadores.

A precarização das condições de vida e o rebaixamento da força de trabalho estão articulados às formas modernas de acumulação, frente a permanente diminuição da taxa de lucro, que coloca em xeque a eficácia do capitalismo.

No processo de estratégia da acumulação, é indispensável o papel do Estado no controle da crise, implementando medidas anticrise, nos termos de Guerra (2010), assumindo para si o ônus do capital, ao correr setores da economia em dificuldades, paralelamente, interferindo na garantia da reprodução da força de trabalho, tornando-a apta à exploração capitalista.

Nessa direção, a desregulamentação do trabalho, muitas vezes, passa pelo reconhecimento e pela legislação do Estado, como se observa atualmente no Brasil, a aprovação do Projeto de Lei (PL) n.º 4.330. Para Antunes (2015), a terceirização completa é o sentido desse projeto, pois se apresenta como uma tragédia para a classe trabalhadora brasileira, que guardadas as diferenças do tempo histórico, retorna à escravidão, já que elimina direitos do trabalho.

Essa PL cria claramente a desregulamentação das condições de trabalho de todos os trabalhadores, alterando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no que trata do patamar básico de direito conquistado, que será eliminado. O referido autor pontua que as principais consequências desse processo são: a diminuição do salário; o aumento do tempo de trabalho; aumento nos acidentes de trabalho; e por fim, o aumento da divisão da classe trabalhadora, dificultando a organização sindical.

A legalização da terceirização mostra que esta é uma lógica do capital financeiro, que apresenta as relações no “mundo do trabalho” desprovido de direitos. O Estado articula e rearticula mecanismos e estratégias que visem ao controle da crise, e claro, a reprodução da força de trabalho na dinâmica capitalista.

1.2. INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Com a elaboração dessa pesquisa, vimos que esse público, população em situação de rua, são invisíveis para o Estado por meio das políticas públicas como também para o reconhecimento dos direitos garantidos pela constituição brasileira que não são assegurados a essa população.

Na construção dessa pesquisa, nos deparamos que essa população que tem seus direitos violados, ou seja, o governo nega a estes cidadãos os mesmos direitos garantidos a outros cidadãos. Isto se torna inconstitucional. Nossas indagações nesse trabalho não têm como pauta a criação de novas políticas públicas que abrange essa população e sim, o que está garantido na constituição de 1988, seja garantido a essa população.

Logo, não pretendemos nesse trabalho fazer uma análise das políticas sociais no país, mas localizá-las nessa "relação de (não) proteção" (SILVA, 2012, p. 12). Como bem cita Milton Santos, dos direitos garantidos na constituição assim que uma pessoa nasce, o Estado tem por obrigação cobrir essa pessoa, entretanto, com a população em situação de rua, esses direitos são subtraídos.

o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva e as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (RODRIGUES, 2010, p. 21).

Ainda de acordo com o autor "é nesse quesito que a atual democracia peca ao não cumprir suas promessas de igualdade, de ampla participação e garantia de direitos" (idem, p. 24). Nessa perspectiva o autor Sarmiento (2010, p. 5) destaca que:

Como incluir esta população dentro destas três vertentes (pessoas, circunstâncias e família) se são pessoas desprovidas de uma identidade porque muitas vezes não têm certidão de nascimento, registro geral, cadastro de pessoa física, ou seja, é um cidadão sem rosto porque não se enquadra na

identificação legal de cidadão brasileiro. Suas próprias características auto excluem de uma política de assistência social que promulga garanti-la a todos que dela necessitam.

Se formos analisar sucintamente, as leis que protegem a população em situação de rua serão abordadas a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil e a Lei nº 12.316/97, que garante direitos às pessoas que moram na rua.

Quem está na rua não tem nem mesmo garantidos os direitos mais elementares. Não pode sentar-se tranquilamente em uma praça, não pode andar naturalmente em um parque, sua entrada é rejeitada em lojas, supermercados, shopping center, entre outros e são expulsos até mesmo quando estão dormindo em baixo de marquises, de viadutos ou locais de 41 muita circulação na cidade, sendo, portanto, destituído de qualquer espaço (BORIN, 2003).

Nesses entraves e violações de direito, nota-se que tudo que é garantido na constituição e também na política nacional de inclusão a população em situação de rua não acontece diariamente.

As políticas que atende a esse público e os direitos da constituição tornam-se invisíveis e readaptadas ao molde da sociedade capitalista. Alguns direitos são readaptados para essa população, desde direitos básicos como ir e vir, se readaptar para ir e vir, mas não podendo permanecer. Como bem salienta Sarmiento (2010, p.1) “não está sendo cumprida como consta na legislação e na constituição de 88, dando a entender que ‘dignidade humana está sendo respeitada apenas no plano do discurso e não dos atos’”. As poucas leis que visa à proteção de direitos humanos a população em situação de rua, aparenta ser apenas “leis para inglês ver”.

Assim como afirma Silva (2006, p. 144):

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva destas políticas é o principal fator de exclusão social da população em situação de rua de seus atendimentos.

Desta forma podemos concluir que o Estado, além de deixar a população em situação de rua à margem das políticas sociais, gerando então

invisibilidade e negação de direitos a essa população, os poucos equipamentos público destinado a essa população, não recebem uma quantidade de verba adequada. Logo, um dos públicos mais atingidos pelas diversas expressões da questão social não é contemplado pelas políticas públicas já existentes.

Possuem residência (VIERA, BEZERRA & ROSA, 1994, p.47) 23 Ainda de acordo com as autoras Viera, Bezerra & Rosa (1994), discorrem sobre a caracterização em comum de quem é essa população

A população de rua faz parte, de forma crescente, do cenário das grandes cidades do mundo. Entretanto, o censo brasileiro historicamente tem apenas como referência básica o domicílio, desconsiderando as pessoas que não A população presente nas ruas de São Paulo faz parte do conjunto de trabalhadores desatendidos em seus direitos sociais mínimos e que, sem emprego e sem moradia, se encontram no limite da sobrevivência e dignidade humanas (idem, p.11). [...] uma característica de todos os grupos é a ausência de residência fixa, numa verdadeira ciranda de alternativas precárias (idem, p.79). [...] Trata-se de um grupo basicamente masculino, que geralmente realiza trabalhos temporários no campo e na cidade. Frequentemente deixa a família na tentativa de obter melhores condições de vida, ou então em função de conflitos. Residem alternadamente diferentes habitações precárias com grande mobilidade: ora está em pensões onde aluga um quarto, ou mais Frequentemente, uma vaga, ora em albergues da rede pública ou privada, ora em alojamentos de trabalho, como, por exemplo, em obras da construção civil. Quando não existe outra possibilidade a rua se torna o lugar de abrigo (idem, p. 22).

:

No caso dos chefes de família são frequentes as situações de separação; ou de morte da esposa, geralmente fator de grande abalo emocional; podem ter sido abandonados ou expulsos de casa, muitas vezes em função do comportamento gerado pelo alcoolismo; ou podem ter abandonado a família por não terem resistido a pressão da exigência do cumprimento do papel de provedor.

Para responder exatamente a tal papel, alguns chefes de família, principalmente de outras cidades e estados, vão para cidade de São Paulo e outros centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho que lhes permita retornar ao lugar de origem em outra situação ou trazer a família para São Paulo numa condição melhor.

Os jovens podem ser expulsos de casa ou abandonar a família por causa de violência e maus-tratos ou conflitos com pais e parentes próximos.

Pode ocorrer ainda que, pressionados por dificuldades econômicas e emocionais da família, decidam sair de casa em busca de melhores condições de vida, com o objetivo de retornar com suprimentos para o grupo familiar. Podem ainda deixar a família com o objetivo de se desvencilhar das dificuldades. Saem geralmente com uma visão bastante idealizada do que irão encontrar, em busca de aventuras, ganhar dinheiro, conhecer o mundo (VIERA, BEZERRA & ROSA, 1994, p.89-90).

Essas características conformam uma noção que concebe a população em situação de rua: como um grupo populacional heterogêneo, como bem mensura Alves (2010):

no Brasil, a segmentação da população em situação de rua é muito heterogênea. Não podemos encontrar apenas uma explicação para o sujeito viver nas ruas, pois além de estar relacionado a fatores estruturais, existem grandes variações entre a População de Rua na medida em que o próprio fato de morar na rua não os torna sujeitos iguais (idem, p.3). [...] com histórias de vidas singulares e específicas, mas que perpassam por problemas comuns referentes à migração, desemprego, baixa escolaridade e falta de qualificação profissional, uso abusivo e frequente de álcool e outras drogas, práticas delituosas, quebra ou comprometimento nos vínculos familiares e afetivos. Além do agravante de ter que enfrentar o estigma e preconceito da sociedade que os veem como marginais vagabundos e perigosos (idem, p.2). Vale à pena destacar que além do público com suas particularidades em situação de rua, nas ruas existem sujeitos com diferentes históricos e em situações variadas: “Ser da Rua – Permanentemente”; “Estar na Rua – Recentemente” e “Ficar na Rua – Circunstancialmente” (Rosa, 2005). Existem dois sentidos que a rua pode ter apontados por Vieira, Bezerra e Rosa (1994 p. 93-95): a constituição de abrigo ou em um modo de vida. Assim, as autoras identificam diferentes situações em relação à permanência na rua: “FICAR NA RUA”, “ESTAR NA RUA” e “SER DA RUA”.

Vale à pena destacar que além do público com suas particularidades em situação de rua, nas ruas existem sujeitos com diferentes históricos e em situações variadas: “Ser da Rua – Permanentemente”; “Estar na Rua – Recentemente” e “Ficar na Rua – Circunstancialmente” (Rosa, 2005). Existem dois sentidos que a rua pode ter apontados por Vieira, Bezerra e Rosa (1994 p. 93-95): a constituição de abrigo ou em um modo de vida. Assim, as autoras

identificam diferentes situações em relação à permanência na rua: “FICAR NA RUA”, “ESTAR NA RUA” e “SER DA RUA”.

1. “Ficar na rua” reflete a circunstancial idade, um momento em que o indivíduo, além de não ter como pagar uma pensão, não consegue vaga em um Albergue. Possivelmente por fruto do desemprego, é um grupo que, sentindo-se desvalorizado perante a sociedade, busca saída através de atendimento do Serviço Social e procura bicos/empregos para garantir uma pensão. Reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue. (MEDEIROS, 2010, p.58).
2. “Estar na rua”, por sua vez, expressa a situação daqueles que adotam a rua como local de pernoite, já sem medo, mas ainda recente nessa condição. Com o convívio com os outros que estão na rua, conhecem novas alternativas para a sua sobrevivência. Também procuram empregos/bicos; são trabalhadores desempregados (MEDEIROS, 2010, p.58).
3. “Ser da rua” é um processo de caráter permanente e mais difícil à proporção que aumenta o tempo de vida na rua. A pessoa vai sofrendo física e mentalmente, em função da má alimentação, precárias condições de higiene e pelo uso constante do álcool, do cigarro, de drogas etc. Expostos a todos os tipos de violência — da polícia, do trânsito e até mesmo dos próprios companheiros —, já apresentam dificuldades na busca pelo bico/trabalho e a rua ganha cada vez mais espaço nas relações pessoais e obtenção de recursos (MEDEIROS, 2010, p.58). “A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternâncias com outros lugares” (ALVES, 2010, p.3).

Logo podemos concluir que o perfil da população de rua pesquisada pelos diversos autores mensurados trata-se de um grupo basicamente masculino, que geralmente realiza trabalhos temporários no campo e na cidade. Frequentemente deixa a família na tentativa de obter melhores condições de vida, ou então em função de conflitos. Reside alternadamente em diferentes habitações precárias com grande mobilidade: ora está em pensões onde aluga um quarto, ou mais frequentemente, uma vaga, ora em albergues da rede pública ou privada, ora em alojamentos de trabalho, como, por exemplo, em obras da construção civil.

Quando não existe outra possibilidade a rua se torna o lugar de abrigo. De acordo com Gontijo (2007), as pessoas que fazem das ruas seu espaço de permanência e sobrevivência trazem à tona o processo de desigualdade social com implicações nas condições de vida e trabalho e na sua subjetividade.

Nestes grupos, identifica-se um processo crescente de fragilização e ruptura dos laços que os inserem no trabalho e nas relações sociais. De acordo com as autoras Viera; Bezerra; Rosa (1994, p. 100) depara-se sobre a população em situação de rua, não apenas pela aparência, mas a forma que perambulam pela cidade:

Sua aparência vai mudando: as roupas, o andar lento faz que seja identificado socialmente como um homem de rua. Dessa forma, ele cria uma relação de dependência cada vez mais forte com o mundo da rua. As respostas da sociedade para quem não se enquadra é o estigma: vagabundo, malandro, vadio ou quando muito coitado; ele é o outro, o que não faz parte, que precisa ser afastado ou reintegrado.

Entretanto, a população em situação de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si. A justificativa para essa situação oscila entre estabelecer razões externas, como a falta de emprego, a falta de apoio e a auto culpabilidade, com destaque para o alcoolismo. Entretanto, a identidade de trabalhador está sempre presente, quando se referem a si mesmos como ex-pedreiro, ex-marceneiro, ex-peão da construção civil, ex-metalúrgico e ex-ajudante. Percebe-se a importância de se afirmarem como trabalhadores.

A pesquisa analisa que o sujeito que utiliza o espaço público para pernoite sofre violência também de seus iguais, dada a diversidade de segmentos que compõem o mundo da rua.

Dormir em grupo, portanto, representa segurança, num certo sentido. Entretanto, quanto maior o grupo de pernoite, maior é o risco de se tornar alvo da polícia ou de denúncias por parte da vizinhança apenas pelo motivo de estar naquele espaço. O agrupamento, apesar de representar a possibilidade de melhores condições de subsistência e de proteção mútua, exerce, em determinados contextos, uma função de sujeição e controle sobre cada um de seus elementos (VIERA, BEZERRA & ROSA, 1994, p. 58).

Rosa (2005, p. 192) aborda sobre a violência que a população em situação de rua muitas vezes sofre:

O problema da violência nas grandes cidades tem amedrontado a sociedade brasileira. A cada dia aumenta o índice de mortes,

assassinatos e furtos. Essa violência ainda é mais visível para tantos brasileiros e brasileiras que sobrevivem nas ruas, vítimas da concentração de renda, do desemprego, do preconceito e das tímidas iniciativas do poder público que os excluem dos direitos sociais e o deixam sujeitos a todo tipo de infortúnios que a rua oferece. A morte e o espancamento dessas pessoas alertam que a intolerância humana está cada vez mais acentuada, a ponto de tirar vidas humanas.

Destaca-se, também, uma particularidade nas condições de vida das mulheres em situação de rua, evidenciando uma maior fragilidade no mundo da rua. A mulher isolada é alvo fácil de qualquer tipo de sujeição e dominação física ou de qualquer outra ordem, o mesmo ocorrendo com crianças e adolescentes.

O agrupamento torna-se, nesses casos, estratégia de sobrevivência, entendida enquanto proteção e segurança, não sendo fundamental com quem se agrupar e sim o ato de agrupar-se. Borin (2003) também aprofunda o debate, de como muda o cotidiano das pessoas que vivem em situação de rua, onde ao se relacionarem com um novo mundo, passam a reconstruir o seu pensar e agir que se forma a partir das condições reais e das novas relações sociais existentes.

YAZBEK (2009, p. 133) ressalta as dificuldades e os estigmas encontrados cotidianamente nas populações carentes,

A violência da experiência da pobreza vai além da precariedade das condições materiais em que vivem [...] Mello (1988, p.190) nos lembra que “ser pobre é sempre estar sob suspeita, não apenas de ser ladrão e vagabundo, mas de ser indigno” [...] Ainda de acordo com Mello (1988), o cotidiano da vida social dessa população reafirma a associação entre pobreza e suspeição. As batidas policiais, as prisões de trabalhadores sem carteira assinada e tantas outras situações de violência servem como “um credenciamento em negativo” para os que sobrevivem com empregos instáveis, salários insuficientes e moradias precárias.

Ainda de acordo com a autora, de como a população pobre é vista:

Despolitiza o enfrentamento da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num lugar social que se define pela exclusão “entre a repressão e a tutela, parece não haver um lugar reconhecível e reconhecido para todos os que vivem a violência cotidiana do emprego instável, do salário insuficiente e da moradia precária. E isso significa dizer que a experiência da pobreza é algo mais do que as dificuldades objetivas da sobrevivência cotidiana. É também a

experiência de uma sociedade que os coloca na condição de párias sociais" (YAZBEK apud TELLES, 2009, p.73).

Uma questão importante deve ser tratada quando abordamos a situação de rua, como já dizia o poeta "no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho": a dependência química.

Em janeiro de 2011 e também janeiro de 2012 em São Paulo, aconteceu à desapropriação e o combate de drogas na "cracolândia" esses dois episódios tiveram grande repercussão na mídia nacional. Entretanto, a mídia, jornais e redes sociais, teceram diversos comentários sobre usuários de droga em especial também usuários de drogas em situação de rua.

Antes de deparar com algumas opiniões já formadas sobre esse assunto, como as vantagens/desvantagens da internação compulsória com a população em situação de rua, sobre utilização de drogas na rua, vale à pena analisar porque motivos algumas pessoas que se encontram em situação de rua, utilizam algumas drogas, entre elas o crack.

Compartilhamos com a reflexão da Silva (2012): não considero o uso frequente de álcool e outras drogas uma causa do fenômeno nem uma variável do perfil da população em situação de rua, mas uma estratégia muito utilizada para resistir aos desafios de fazer da rua espaço de moradia e sustento (SILVA, 2012, p.9).

Primeiramente a reflexão deve ser destinada como alguns moradores de rua vê da situação em que se encontra, pois todos os dias passam por dificuldades para dormir, por exemplo, que sofre agressão física e verbal diariamente, conviver em uma sociedade, onde as pessoas o olham com nojo, com medo, ser obrigado a comer o que acha na rua ou o que é mercê de doação, não obter de um espaço público para manter sua higiene pessoal (banho, banheiro, lavar roupa) e básica e as únicas instituição que atende esse público, muitas vezes não tem condições financeiras, para subsidiar suas condições física, sem contar a falta de obtenção de um quadro de profissional qualificado para garantir um tratamento qualitativo, respeitando a diversidade desse público.

CAPITULO II SURGIMENTO DAS POLITICAS SOCIAIS NO SISTEMA CAPITALISTA.

2.1. SURGIMENTO DAS POLITICAS SOCIAIS

Partindo de sua contextualização, o texto aborda questões históricas bem como aproxima a discussão dos temas à luz do método em Marx, entendendo ser este o que melhor explica a realidade dos fenômenos sociais.

A política social não está isenta de correlações de forças políticas e ingerências econômicas. Em sua análise conceitual estão presentes contextos teóricos e ideológicos que conduzem/orientam o entendimento da mesma. Frente a isto, Pereira (2011) destaca que,

A batalha dos paradigmas que se constituiu em torno da explicação dessa política, especialmente a partir do segundo pós-guerra, com a institucionalização do Estado de Bem-Estar ou do Welfare State, recomenda, por si só, encará-la como tema polêmico, que não se presta a simplificações. Além disso, recomenda a definição de posicionamentos teóricos e políticos, por parte de quem a analisa, em nome da coerência de pensamento e de princípios fundantes (p.16).

O surgimento das primeiras idéias acerca do que se configurou como sendo políticas sociais esteve ligado ao crescimento do capitalismo, à luta de classes e ao desenvolvimento da intervenção estatal. Analisando Marx, é permitido entender o desenvolvimento e problematizações das políticas sociais como frutos do contexto da acumulação capitalista e desta luta de classes. Porém, percebe-se que esta não é uma postura hegemônica, pois alguns autores restringem a análise das políticas sociais a uma perspectiva empobrecida, ou as atribui apenas à iniciativa do Estado. A este respeito, Bering & Boschetti (2011) afirma que,

[...] no campo da política social [...] situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. [...] predomina a visão do estado como uma esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classe (p. 37).

Assim, é possível destacar dois aspectos importantes no tocante às políticas sociais dentro do viés capitalista – o econômico e o político. No sentido econômico direciona-se à função do lucro, e está diretamente ligada à redução dos custos e elevação da produtividade. Já a questão política diz respeito à legitimação das forças capitalistas, visando a adequação dos trabalhadores ao sistema. Cabe destacar que,

Esses enfoques não são, em si, equivocados, pois as políticas sociais assumem de fato essas configurações. Mas são insuficientes e unilaterais porque não exploram suficientemente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital (Ibidem, p 37-38).

No tocante à questão social está também deve ser compreendida no contexto do surgimento do modo de produção capitalista e das transformações que foram se processando no mundo do trabalho em meio a diferentes conjunturas políticas e econômicas. Segundo Yamamoto (2011, p.10), a análise da questão social traz consigo dois pontos fundamentais necessários para o seu entendimento: 1) “as configurações assumidas pelo trabalho”, que compreende desde as forças produtivas que o aperfeiçoa até as relações sociais que direcionam o seu sentido; 2) e a “arena de disputas dos diferentes projetos societários”. A questão social é, para ela

[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...]. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente [...] (Ibidem, p. 11).

Ainda nas sociedades pré-capitalistas, que não possuíam mercado, existia uma responsabilidade social – não intencionando garantir o bem comum, mas na intenção de garantir a ordem e punir tudo o que se pudesse configurar como ameaçador a ela. Estas ações, somadas às de cunho filantrópico e assistências se configuram, portanto, como sendo as protoformas das políticas sociais. Assim,

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança aos pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING & BOSCHETTI, 2011 p.51).

Sempre que se pretende demarcar a origem da política social, o parâmetro utilizado é o do Welfare State^{2 2} Embora o nome Welfare State só tenha sido adotado no século XX, após a Segunda Guerra Mundial [...] tornou-se usual entre os modernos estudiosos da política social remeter essa denominação ao final do século XIX, para nomear fatos que considerem estar na origem desse Estado. Correntemente, existem outras adjetivações para qualificar o Welfare State, além de Estado de Bem-Estar, como Estado providencia Estado assistencial e Estado Social. , que ao contrário do Estado liberal buscou fazer a “cobertura” social, fortalecendo o setor público e estabelecendo garantias à população.

Destaca-se que para se analisar as políticas sociais de forma mais adequada, é necessário uma apropriação/aproximação do viés da investigação marxista, não aceitando apenas aparência do fenômeno, mas procurando a essência do mesmo. Isto se confirma quando se destaca que:

É nessa perspectiva que se situa a análise das políticas sociais [...] estas não podem ser percebidas apenas em sua expressão fenomênica. Buscamos captar seu movimento essencial na sociedade burguesa, desde suas origens até os dias de hoje. Para realizar este percurso metodológico fugindo a definições e buscando determinações, é preciso apreender que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob certos ângulos e aspectos (Ibidem, p.39).

Frente a isto, e procurando meios para o entendimento desta realidade, vale destacar que, As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – e em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Ibidem, p. 51).

Neste contexto, Netto (2012, p.41) enfatiza que “a expressão ‘questão social’ não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”. Sendo assim, Yamamoto (2011) analisa a questão social sob dois ângulos diferenciados, relacionados a projetos societários diversos.

O primeiro se apresenta em conformidade com o projeto da classe burguesa, e o segundo segue o ideário da classe trabalhadora. Diz ela,

Sob um ângulo, a questão social produzida e reproduzida ampliadamente tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto ‘disfunção’ ou “ameaça” à ordem e à coesão social. É apresentada como uma “nova questão social”, resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, produto da crise do “Estado de Providência”. Frequentemente a programática para fazer frente à mesma tende a ser reduzida a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais [...]. As respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”. Em perspectiva de análise distinta, a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. [...] Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (Ibidem, p. 10-11).

A questão social que não é um fenômeno recente, e surge para explicar o pauperismo - fenômeno observado na Europa Ocidental, especificamente na Inglaterra, no final do século XVIII em meio à primeira Revolução Industrial, na fase do capitalismo concorrencial. O Estado Liberal, trouxe em seu contexto o avanço tecnológico, econômico e político, representando as fases iniciais da implementação do capitalismo. De acordo com Netto (2011, p. 42), esse foi um “fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida”. Ele afirma que

Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão

direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2011, p. 42- 43).

Alguns intelectuais passaram a ter a percepção de que o pauperismo está diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista. Quanto mais desenvolvidos os meios de produção, maior importância adquiria a tecnologia adotada, visto que as máquinas tinham o poder de aumentar consideravelmente o tempo de produção gasto pelo trabalhador, além de diminuir os custos e o tempo desta produção. A Revolução de 1848 foi fundamental para revelar a face perversa do capitalismo. As ideias de Karl Marx - que trouxe à tona os ideais do socialismo, e um método peculiar e inovador de investigação da sociedade burguesa, apresentaram um modo de vida diferente do modo vigente, que era o modo de produção capitalista.

Porém, como mostra Netto (2011), esses ideais socialistas foram duramente reprimidos, pois se apresentavam como ameaça a ordem socialmente estabelecida.

Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (Ibidem, p. 43).

As manifestações da questão social, expressas pela forte desigualdade, fome, desemprego, desamparo, miséria, doenças, são vistas, até então, como imanentes, e até necessárias para manter a ordem natural de toda e qualquer sociedade.

Como afirma Netto (2011, p. 44), “o enfrentamento de suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo, a propriedade privada dos meios de produção”. Até se reconhece os seus agravos, mas a questão social é vista como culpa do homem e não do sistema que se apresenta com formas desiguais.

O cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (Ibidem, p. 44).

A Revolução de 1848, além de afetar os ideais burgueses, contribui também para ampliar a compreensão sobre o sistema capitalista por parte da classe trabalhadora, conforme explicita Netto (2011),

Trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão ‘questão social’ seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. (p.44)

A percepção de que a questão social está intrinsecamente ligada ao modo de produção burguês foi sendo difundida para a classe trabalhadora. Isto foi propício para a formação das vanguardas trabalhadoras. A partir de então, o processo de luta e conscientização política começa a ganhar forças. Entende-se que as expressões da questão social só podem ser extintas, havendo também a extinção da sociedade pautada em desigualdades de classes, que sustenta as disparidades econômicas, culturais, sociais e políticas, em nome de uma minoria detentora dos meios de produção e do lucro gerado pelos mesmos.

Não obstante, como assinala Netto (2011, p. 45), “a consciência política não é o mesmo que compreensão teórica”. Somente em 1867, com a publicação do primeiro volume d'O Capital - de autoria de Karl Marx, é que se tem uma melhor compreensão do complexo processo que envolve a questão social. Marx analisa a complexidade do sistema capitalista de produção, suas causas, seus processos contraditórios e suas consequências para a sociedade. Ele observa também a importante relação entre capital/trabalho que se dá por meio da exploração.

A exploração, todavia, remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela

implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos (Ibidem, p. 46).

É imprescindível o registro feito por Marx, em sua obra, para desmistificar as implícitas facetas do capitalismo, suas contradições, desigualdades, seus efeitos aparentemente justos, corretos, mas que, na verdade, são verdadeiros antagonismos.

A análise Marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especialmente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa. A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precederam largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implicam – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas (NETTO, 2011, p. 46).

As desigualdades sociais – intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo - fazem com que a questão social ganhe destaque, tornando-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes, principalmente mediante a possibilidade de manifestação e de protestos dos trabalhadores. Foi, portanto, a partir do ingresso da classe operária na arena política que “a burguesia inglesa, conjuntamente com outras classes dominantes, articulam, através da máquina estatal, uma intervenção mais eficaz sobre a “questão social”” (BRANCO, 2012, p.17).

Os novos atores e as novas formas de organização do proletariado são vistas pelas classes dominantes como ameaça à ordem econômico-social estabelecida. Nesse sentido, revogam as antigas leis trabalhistas e adotam algumas medidas a fim de abrandar os efeitos da acumulação e da exploração capitalistas.

Vale destacar que a situação de pauperismo vivenciada pelo proletariado até então era tida pela burguesia como algo natural e tratada sob o prisma da moral e/ou repressão. A miséria não era vista como um problema social decorrente da relação capital x trabalho, ela residia no indivíduo; este era culpabilizado pela sua situação de vida.

O inconformismo dos pauperizados diante das condições subumanas a que estavam submetidos pela ordem burguesa, leva-os a assumirem formas diversificadas de protestos³. A partir do momento que essas questões ultrapassam os muros das fábricas e espalham-se por toda a sociedade, por meio dos movimentos sociais, passam a ser vista pela burguesia como uma ameaça à ordem dominante. Diante do perigo iminente, surge “a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho”, ficando a cargo do Estado “a regulamentação jurídica do mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p. 126), obviamente que em consonância com a ideologia da classe burguesa. .

Os trabalhadores vão gradativamente adquirindo consciência de classe, a qual “[...] é construída na vida cotidiana do proletariado, a partir do momento em que eles se reconhecem como sujeitos de direitos” (COUTINHO et al., 2004, p. 29).

Cabe salientar que mesmo diante deste cenário, o Estado insiste no não reconhecimento da questão social. Na verdade o que desejava a classe dominante era o controle da organização do proletariado, para tanto necessitava conjugar elementos coercitivos com mecanismos de controle.

Diante da dificuldade em instituir políticas sociais para o proletariado, a repressão policial fora a resposta encontrada pelo Estado como forma de manter a ordem estabelecida. É importante destacar que, além do uso da força no trato da questão social, alguns setores abastados da sociedade pregavam a caridade e o assistencialismo como forma de ajuda aos necessitados.

2.2 RESGATE HISTORICO DA POLITICA DA ASSISTENCIA SOCIAL NO BRASIL

É importante salientar, que o histórico das políticas sociais no Brasil se difere desde seu princípio dos modelos de Proteção Social de países desenvolvidos, estes, tiveram em seu germe o protagonismo das classes trabalhadoras na elaboração e efetivação dessas políticas.

Ao considerarmos tais afirmações, entendemos que há uma dicotomia no que se refere à implementação e efetivação dessas políticas em países considerados referências em políticas de bem estar social e o contexto político social brasileiro no que se refere à garantia ampliada de direitos.

Nos países com efetivo estado de bem estar social, o campo das políticas sociais se configurou num histórico de lutas dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho e acesso aos bens socialmente produzidos, compreendendo o ser social em sua totalidade, materializado em um modelo efetivo de ampla proteção. Ponderamos que as reivindicações da classe trabalhadora nesses países foram em grande medida atendidas pela classe dominante e materializadas em políticas sociais abrangentes como forma de manutenção do sistema capitalista. No Brasil, o processo de efetivação de direitos foi e vem sendo dirigido de forma inversa.

A conjuntura política social brasileira se estabeleceu por meio de uma histórica cultura paternalista, coronelista e populista, que por um longo tempo desconsiderou e ainda desconsidera a garantia social de direitos, como forma de proteção social e acesso a cidadania. Nesse contexto abordaremos um breve histórico da política de assistência social brasileira resgatando aspectos peculiares de nossa cultura política, como a herança assistencialista e filantrópica na construção e efetivação de nosso estado de bem-estar em consonância com o direito e cidadania na contemporaneidade, sem deixar de considerar os avanços na implementação das políticas sociais.

Para entender a Política de Assistência Social no Brasil na contemporaneidade faz-se necessário breve resgate histórico para contextualizar o aspecto histórico social no país. A assistência ao outro é

prática antiga na humanidade. Não se limita nem a civilização judaico-cristã nem as sociedades capitalistas.

A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades.

Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio. (SPOSATI, 2010. p. 40). Conforme Behring e Boschetti (2007, p.64), o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, cada qual de acordo com seu processo de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado.

Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir bem como realizar as ações sociais de maneira mais ampla, planejada, sistematizada e com o caráter de obrigatoriedade. Em 1930 Faleiros (2011 p. 45), relata a revolução liderada por Getúlio Vargas (1883-1954), mudando o bloco no poder, direcionando a política, ainda que de forma heterogênea, no sentido de transformar as relações

Estado/sociedade para a integração do mercado interno e desenvolvimento da industrialização, mantendo, ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas, sem romper a dependência dos países centrais. Em 1938 no Governo de Vargas Mestriner (2012), aborda que criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que foi a primeira presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, e tinha suas funções subsidiadas pelas organizações que prestavam amparo social. O CNSS tinha como uma de suas funções analisar as adequações das entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções.

A primeira grande instituição de assistência social no Brasil é a Legião Brasileira de Assistência (LBA), reconhecida como órgão de colaboração com o Estado em 1942. Organismo, este, que assegura estatutariamente sua

presidência às primeiras damas da República. Essa instituição tem origem na mobilização do trabalho civil, feminino e de elite, em apoio ao esforço nacional representando pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da prestação de serviços assistenciais às famílias dos convocados. (SPOSATI, 2012, p.82).

Segundo Sposati (2011, p.20) foi neste período, a assistência social como ação social é um ato de vontade e não direito de cidadania. Do apoio às famílias das pracinhas, a LBA vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária.

Passa a atender também as famílias que sofrem em decorrência de calamidades, o que trouxe o vínculo emergencial à assistência social que perdura até os dias de hoje. A LBA representou “a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas”. (SPOSATI et al, 2010, p. 46).

Com o final da guerra em 1946, a LBA reformulou seus estatutos, definindo como principal finalidade a defesa da maternidade e da infância. (SPOSATI, 2012, p.83).

Essas alterações estatutária também indicam a mudança da posição da instituição ante os demais órgãos públicos encarregados das políticas sociais: em 1946 a LBA deveria subordinar suas ações à orientação técnica traçada pelo Departamento Nacional da Criança; em 1977, com a criação do Sinpas, a LBA foi encarregada de implantar e executar a Política Nacional de Assistência Social, bem como orientar, coordenar e supervisionar outras entidades executora dessa política. (SPOSATI, 2012, p.83).

Conforme Mestrine (2012) foi em 1953, o CNSS passa a ser vinculado ao Ministério da Educação, em decorrência do seu desmembramento do Ministério da Saúde, o que demarca a inexistência de um órgão específico para a Assistência Social, embora tenha havido avanço no reconhecimento da questão social pelo governo brasileiro.

O governo Vargas garante a manutenção da origem social e sustenta sua liderança política. Atua com mais intensidade que seu antecessor no

sistema econômico-financeiro, tentando sanar problemas de inflação, do desequilíbrio da balança de pagamentos, incrementando os setores de energia e de transportes e investindo na modernização do país.

Mestriner (2011) aborda que em 1974 cria-se o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), e ligado a ele a Secretaria de Assistência Social que será um importante instrumento para a criação de políticas voltadas ao ataque à pobreza. A partir de 1977, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a Assistência Social, então na condição de fundação pública, vinculou-se ao sistema de proteção social .

Segundo Silva (2013) foi durante as décadas de 1970 e 1980 a consolidação do Sistema Brasileiro de Proteção Social se desenvolvendo numa conjuntura de autoritarismo e repressão da ditadura civil-militar. Durante esta época os programas sociais ampliaram-se como uma espécie de “compensação” pela repressão aos movimentos sociais e ao movimento sindical, além de atuarem como atenuadores das consequências da política de arrocho salarial adotada naquele período (Silva, 2013).

Neste capítulo abordamos sobre como acontece a atuação dos profissionais de Serviço Social na Política de Assistência Social, como é preconizado pela Constituição Federal de 1988 trazendo uma nova percepção para a Assistência Social no Art. 203.

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. A Assistência Social passou a ser constituída como direito social do cidadão e o Estado passou a ter obrigação de prove-la. Segundo a autora Carnelossi (2016, p. 128), a Assistência Social “expressa no Brasil o avanço da expansão e o reconhecimento dos direitos sociais, visto que seus princípios universais representam a ampliação da proteção social e da cidadania para todos, independentemente do vínculo empregatício/contributivo”.

A política de Assistência Social, legalmente é reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem sendo regulamentada intensivamente pelo

Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005).

2.3. CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)

A Constituição Federal de 1988, ao considerar a assistência social como política pública, descentralizada e participativa, consolida, assim, a assistência social de responsabilidade do Estado, afirmando como direito social brasileiro. Nessa direção, o artigo 203 desta Constituição, estabelece que “assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2004).

É a partir da implantação da PNAS, que há o reconhecimento dos direitos da população em situação de rua, no qual vai produzir o serviço especializado de proteção social para essa demanda exclusiva. Nesse sentido, “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (PNAS, 2009, p. 31). A política, então, vai operar as provisões de serviços e benefícios sócio assistenciais para todos os sujeitos que necessitam da proteção social. Desse modo,

[...] na proteção social especial, à população de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para que adquiram referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (PNAS, 2009, p.37).

A PNAS traz um novo patamar para a consolidação dos direitos socioassistenciais, por meio da dimensão da intersetorialidade, articulando a assistência social às outras políticas públicas. Além disso, o trabalho em rede passa a ser de suma importância para a efetivação desses direitos. Posterior à PNAS, entra em vigor uma nova lei, a Lei nº 11.258/2005, que incluiu parágrafo

único na LOAS, estabelecendo as organizações que podem oferecer os serviços da Assistência Social, regulamentado no artigo 23:

Entende-se por serviços assistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para necessidades básicas, observem os objetivos e princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. Parágrafo único. Nas organizações dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: I - Às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social II - Às pessoas que vivem em situação de rua (BRASIL, 2005, p. 1).

O Centro POP, como parte da Política de Assistência Social, é uma unidade de referência da proteção social especial, de abrangência municipal, de natureza pública e estatal, onde é ofertado o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua e podendo ser ofertado também o Serviço Especializado em Abordagem Social². Deve funcionar nos dias úteis, no período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, contabilizando 8 (oito) horas diárias

. Nesse sentido, esse equipamento social visa ampliar, reduzir, prevenir a exclusão, risco e as vulnerabilidades sociais, estas inseridas na questão social, pois “[...] morar na rua é consequência visível do agravamento da questão social em classes e apropriação desigual da riqueza socialmente produzida” (SILVA, ARGILES, 2011, p. 3).

Segundo a Tipificação (BRASIL, 2009) esse equipamento tem como objetivo de garantir a proteção social integral à família e aos indivíduos que enfrentam e vivenciam a situação de rua. Além disso, objetiva a redução das violações e seu agravamento, na construção de um novo projeto de vida e de sociabilidade para essa população vulnerável.

Dessa forma, o Centro POP deve garantir os serviços de acolhimento adequado, devendo contar com provimentos de recursos humanos qualificados e materiais permanentes.

Segundo as Orientações Técnicas do Centro POP (BRASIL, 2011, p. 43) a implantação da unidade deve considerar a “elaboração de um diagnóstico

socioterritorial, que identifique as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como sua dinâmica de movimentação”.

Nesse sentido, a unidade deve ser situada em um local de fácil acesso, onde possua uma maior concentração e trânsito de pessoas em situação de rua. Sendo obrigatório possuir uma placa de identificação de fácil visualização, tendo por extenso o nome da unidade.

A importância da “identificação tem como objetivo dar visibilidade à Unidade [...] de modo a garantir seu fácil reconhecimento e identificação pelos usuários, pela rede e pela comunidade” (BRASIL, 2011, p. 51).

Para execução e ações dos trabalhos no Centro POP, é necessário dá importância e enfatizar o trabalho dos multiprofissionais que constituem a equipe-técnica, sendo que estes devem possuir uma postura ética e compromissada para com seus usuários.

De acordo as Orientações Técnicas... (2011) a equipe técnica deve ser composta por: 01 coordenador (a); 02 assistentes sociais; 02 psicólogos (as); 01 técnico de nível superior com formação, preferencialmente, em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia e Terapia Ocupacional; 04 profissionais de ensino médio ou superior para realizarem o Serviço Especializado em Abordagem Social, quando ofertado na Unidade, e desenvolverem oficinas entre outras atividades e; 02 auxiliares administrativos.

Para a composição da Equipe, faz-se imprescindível a priorização de profissionais com perfil e habilidades para o desenvolvimento do trabalho social com pessoas em situação de rua. [...] que todos os profissionais envolvidos no cotidiano dos Serviço (s) ofertado (s) pelo Centro POP tenham uma postura ética e atitude acolhedora, proporcionando aos usuários um ambiente de acolhida e respeito (BRASIL, 2011, p. 54-55).

Os profissionais que trabalham com esse segmento devem ter atitudes de respeito à dignidade e à diversidade, livre de qualquer discriminação para com seus usuários, tendo, desse modo, uma postura ética, assegurando a integridade e o sigilo do atendimento. Com o trabalho em rede, os profissionais

devem saber articular-se com outros órgãos e/ou instituições “para que o alcance [a] integridade da proteção social e do acesso a direitos [...]” (BRASIL, 2011, p. 71).

Pois quando há essa articulação se viabiliza e efetiva o acesso dessas pessoas à outros direitos e serviços públicos. Também é importante que haja planejamento e avaliação das atividades e ações do Centro POP, por meio de reuniões periódicas de planejamento com a coordenação e a equipe técnica e, tendo em conjunto a participação dos usuários, constituindo, assim, um modelo de gestão participativa.

Para oferecer um atendimento qualificado aos usuários, o Centro POP deve contar com uma infraestrutura física adequada para atender a esse público e, disponibilizar recursos materiais, por isso, a infraestrutura da Unidade deve ter: 1) uma recepção e acolhida inicial; 2) uma sala para reuniões da coordenação e equipe; 3) sala de atendimento; 4) um espaço para atividades coletivas; 5) guarda de pertences (com armários individuais); 6) espaço para higiene pessoal e banheiro com chuveiro; 7) lavanderia com espaço para secagem de roupas; 8) copa/cozinha; 9) refeitório. De acordo com a Tipificação o Centro POP vai oferta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, tem como intenção de promover o trabalho especializado para essa demanda específica, que integra ações para desenvolver a perspectiva de sociabilidade desses sujeitos, trazendo, nesse aspecto o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares (BRASIL, 2009).

De acordo com (BRASIL, 2011, p. 29), este serviço especializado tem como objetivos:

- Possibilitar condições na rede sócio assistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a inserção familiar e/ou comunitária.

Desse modo, os profissionais possuem um papel relevante na execução dos serviços sócio assistenciais para a população em situação de rua, por isso, suas atitudes devem ser norteadas por algumas dimensões, resgatando os eixos norteadores das Orientações Técnicas... (BRASIL, 2011) os profissionais devem tomar como direção: a) ética e respeito à dignidade, diversidade e a não discriminação; b) atendimento especializado e qualificado; c) informação aos usuários sobre como acessar os direitos sócio assistenciais; d) o trabalho em rede; e) consubstanciar a relação cidade e território; e, f) incentivar a mobilização e participação social. Com a necessidade de ampliar o acesso aos direitos sócio assistenciais à população em situação de rua, é importante a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único , objetivando além da inclusão, “[...] o acesso dessa população aos programas de informações que contribuem para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas” (BRASIL, 2010, p. 1).

A importância do Cadastro Único para as pessoas em situação de rua é de identificar os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social, possibilitando, assim, esse segmento seja inserido em programas e benefícios do governo do federal.

Esse cadastramento pode ser realizado nas ruas, mas existe a preocupação de que a pessoa entrevistada deva ser encaminhada para as instituições de referências, pois adentrando as unidades o usuário pode acessar os serviços e ser encaminhado a outros serviços públicos, já nesse primeiro contato.

As finalidades desse trabalho, de acordo com (BRASIL, 2011, p. 100) é de: potencializar o acesso aos programas complementares destinados aos usuários do Cadastro Único e à Rede de Serviços, Benefícios e Programas de Transferência de renda; como também produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

A realidade social das pessoas em situação de rua é algo bem complexo, isso requer uma maior reflexão/análise por parte da equipe de profissionais desse serviço, logo, estes devem possuir um conhecimento mais

específico que oportunize “[...] um olhar e uma atuação interdisciplinar, fundamental para possibilitar a construção de respostas mais efetivas às demandas desses públicos” (BRASIL. MDS, 2011, p. 69).

A equipe deve considerar e aceitar a singularidade de cada usuário, devendo reconhecer que “[...] as pessoas em situação de rua atendidas não são meros objetos de intervenção, mas sujeitos autônomos e protagonistas, com direitos a acessar um conjunto de serviços e órgãos para a promoção de direito de cidadania” (BRASIL, 2011, p. 70).

É indispensável também que os profissionais orientem e esclareçam aos usuários a respeito de seus direitos, não os tratando como se necessitassem de ajuda ou um favor, por isso, os usuários devem ser informados de como acessar os programas, projetos e benefícios sócio assistenciais do governo federal.

O incentivo à mobilização e participação social pode contribuir para instrumentalizar os usuários no que diz respeito ao conhecimento e à defesa coletiva de seus direitos, representando, portanto, elementos essenciais para o exercício do protagonismo. Ações direcionadas a este incentivo não devem ser tomadas em momentos estanques, mas permear todo o trabalho social desenvolvido com os usuários. Nesse ínterim, é fundamental que se estimule, inclusive, a participação de movimentos sociais e populares, conferências, conselhos de direito e de outras políticas públicas (BRASIL, 2011, p. 74).

Para que ocorra a efetivação do atendimento, é necessária a inclusão desse segmento nas políticas públicas e nos programas sociais, na busca de concretizar esse e efetivar os direitos sócio assistenciais, pertinentes à proteção social.

Entretanto, são vários os obstáculos no momento presente para a concretização dos direitos da população em situação de rua. Logo, a atuação dos profissionais que trabalham com essa população tem como viés a defesa e reafirmação dos direitos.

Atualmente deve-se buscar um olhar crítico em relação à condição de vida dessa população, além disso, a ação profissional contribuirá com o consentimento do usuário, para criar estratégias que gerem mudanças significativas para estes sujeitos.

2.4. ESPAÇO SOCIAL ASSISTENCIAL DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Baseado na Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual tem por finalidade de:

Estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008, p.4).

Também propõem um desafio a toda a sociedade brasileira como os gestores públicos e a sociedade civil para realizar ações estratégicas através de projeto e planos executado pelos órgãos e Ministérios.

Com a proposta de tirar das leis com seus artigos e portarias e ementas e outros do gênero teórico, para a prática, que é tão necessária e urgente para atender as demandas da população em situação de rua. Com base na Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua (Brasil, 2008), vejamos algumas ações estratégicas a seguir:

Direito Humanos: Fazer que os policiais sejam mais bem preparados para atender de forma mais humanizada a população em situação de rua; Fortificar a central de atendimento para denúncia de violação de direito visando os direitos da população em situação de rua; diminuir a impunidade em relação aos crimes que vitimiza a População de rua e facilitar a esta população a assistência jurídica.

Trabalho e Emprego: Dar prioridade para a população em situação de rua para inserção no mercado de trabalho, através de parceria com iniciativas privadas e públicas e cursos profissionalizantes.

Também a garantia dos direitos trabalhista. Desenvolvimento Urbano e Habitação: Facilitar financiamento do governo federal para construção de moradia à população em situação de rua; promoção de benefício para o pagamento de aluguel; fazer que por meio do governo possa reformar, construções públicas como também a utilização de espaços vazios nos centros das cidades para moradia.

Como garantir que esta residência adquirida pela pessoa em situação de rua, seja digna para sua sobrevivência, entre outras medidas relacionadas à habitação Assistência Social: Melhorar a prestação de Serviços à população em situação de rua, como no caso dos albergues; Propiciar a inclusão no que se refere ao Cadastro Único do governo federal, e as crianças e adolescente no programa de erradicação do trabalho infantil; e no Benefício de Prestação Continuada como também no programa Bolsa Família.

Aumentar o número de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) no país. Educação: Trabalhar temas no meio educacional como igualdade social, gênero, raça e etnia.

Também incluir no currículo a temática sobre as causa e consequência que leva uma pessoa a viver em situação de rua. Tudo com objetivo de extinguir a discriminação, principalmente em relação à população em situação de rua; Criar acesso mais flexível e inclusivo à educação.

Assim como a possibilidade de estudar em lugares abertos, para evitar o transtorno de ir até uma escola; possibilidade de se matricular em todas as fases educacionais em qualquer período do ano letivo; propor incentivos para os que frequentam regularmente as aulas, através de fornecimento de matéria escolar e uniforme, transporte e alimentação e propiciá-los a inclusão digital. Segurança Alimentar e Nutricional e a Saúde:

Proporcionar à população situação de rua uma alimentação nutritiva através de restaurantes populares.

No que tange a saúde é assegurar a população em situação de rua o acesso ao SUS (Sistema único de Saúde) nas suas três esferas

Fazendo adaptações dos serviços já existentes para atendê-las; fortalecer o atendimento e à prevenção a doenças recorrente entre a população em situação de rua como AIDS, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, entre outras. Como também facilitar o acesso aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS I, II, III e AD); capacitar todos os funcionários da saúde para melhor atendê-los; escolher agentes comunitários de saúde que sejam ex- morador em situação de rua e também pessoas em situação de rua; tornar mais acessíveis e conhecidos os serviços de saúde para a população em situação de rua.

Promover acessibilidade à população em situação de rua a toda manifestação cultural, assim como também propiciar a participarem e aprender práticas artísticas; apoiar estas iniciativas com cunho cultural viabilizando a possibilidade de renda a eles e também a oportunidade de construir a cidadania desta pessoa em situação de rua; apoiar ações com que venha oportunizar a população em situação de rua, a dialogar e conscientizar a comunidade para tê-la outro olhar para esta população; divulgação de trabalhos culturais produzido pela a população em situação de rua; e a criação de programas que possam oferecer lazer e esporte a eles e outras atitudes correlacionada a cultura para a população em situação de rua.

CAPITULO III

3.1 METODOLOGIA

O presente estudo de Invisibilidade da Pessoa em Situação de rua no Brasil, contribuíram para essa pesquisa Maranhão, Horvey, Antunes, Rodrigues, Silva. O estudo ocorreu mediante minha inquietação no estágio de Serviço Social I,II, realizado no período de Março, Abril e Maio e em Agosto, Setembro e Outubro de 2018, realizou uma pesquisa através da internet, artigos, livros e revistas.

Para o desenvolvimento deste estudo, fez-se inicialmente uma pesquisa bibliográfica utilizando-se de publicações de livros, jornais, artigos científicos. Para Mito (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

Após a pesquisa bibliográfica foi realizada uma pesquisa exploratória, também para Lima (2011 p.46).

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

Nesse contexto, a pesquisa assume papel importante, pois tanto docente, quanto o estudante fará uso da pesquisa para aprimorar, pôr em prática e construir conhecimento de maneira significativa. A pesquisa irá. Proporcionar a sociedade novos conhecimentos com a finalidade de torná-la padrão na praxe do ensino superior e nas demais modalidades de ensino.

LEITURA EXPLORATÓRIA leitura rápida do material bibliográfico 4finalidade de verificar a importância da obra para a pesquisa 4faz o reconhecimento da

obra: exame de índices, notas de rodapé, prefácio, orelhas dos livros 4 não dispensa o conhecimento prévio do assunto

Leitura é a determinação do material que realmente interessa à pesquisa. Visa os objetivos da pesquisa, para que não haja perda de tempo. É uma leitura mais profunda que a exploratória, mas ainda não é definitiva. Textos que foram deixados à parte num primeiro momento poderão ser consultados posteriormente, de acordo com as necessidades do pesquisador.

Leitura seletiva ou reflexiva= seleção das informações que interessam à elaboração do trabalho em perspectiva.

Leitura interpretativa= mais complexa – 3 etapas= 1) conhecer as afirmações do autor, quais informações oferece; 2) relacionar as informações do autor com o problema levantado; 3) julga-se o material levantado sob o critério da Verdade.

TIPIFICAÇÃO DO MATERIAL

	AUTOR	ANO	
TIPO ARTIGO	MARANHÃO	2008	Principal contribuição a discussão sobre o conceito de Exclusão Social numa abordagem crítica da exploração do trabalho no sistema capitalista.
LIVRO	GUERRA	2010	Contribuiu relatando sobre as particularidades de precarização das relações do trabalho.
LIVRO	HORVEY	2004	Contribuiu com as novas formas de trabalho afetando diretamente os trabalhadores sejam por privatização e bens públicos ou por regressão da proteção do trabalho e de direito.
LIVRO	DRUCK	2001	Sua contribuição duas práticas de gestão do trabalho, que são os programas de qualidades total e terceirização.

LIVRO	ANTUNES	2014	Reafirma a precarização se dá por meio do crescimento da terceirização
LIVRO	YAMAMOTO	2004	Com o desenvolvimento do capital radicaliza o pensamento liberal em que revela o mercado como regulador das necessidades no individual competitivo etc.
LIVRO	GUERRA	2010	A exclusão se dá por meio da desregulamentação do trabalho muitas vezes por aprovação de Leis como por exemplo a Lei nº 4.130
LIVRO	ANTUNES	2015	Sua Contribuição, os projetos 4.330 e a terceirização completa e o sentido desse projeto. Já que eliminam direitos trabalhistas. Diminuição do salário, aumento do tempo de trabalho.
DISSERTAÇÃO	RODRIGUES	2010	Sua contribuição em relação aos direitos que o cidadão tem desde o seu nascimento que atual democracia impeça de não cumprir promessas de igualdade de ampla participação e de garantia dos direitos.
DISSERTAÇÃO	SILVA	2006	Contribuiu ressaltando as políticas seletivas e o principal fator da Exclusão Social.
LIVRO	VIEIRA BEZERRA ROSA	1994	Contribuíram relatando que a população de rua e excluída, porém é uma população não contabilizada pelo senso brasileiro.
	PNAS	2004	Reconhece os direitos da população em situação de rua
LEI 11,258	ARTIGO	2005	A PNAS traz um novo patamar para consolidação dos direitos sócio assistencial por meio da demissão.....
DIARIO OFICIAL DA UNIÃO	PNAS	2008	Na proteção Social especial a população de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de novos projetos de vida.
			Segundo tipificação esse

TIPIFICAÇÃO	BRASIL	2009	equipamento tem como objetivo garantir a proteção social integral à família e os indivíduos que enfrentam e vivenciam essa situação.
	CAPITULO II		
TIPO REVISTA	AUTOR PEREIRA	2011	Principais contribuições batalha dos paradigmas surgimento das políticas a partir do segundo pós guerra com a institucionalização do estado de bem estar Welfere Stale.
LIVRO	BERING	2011	As políticas são respostas fragmentadas e setorializadas.
	YAMAMOTO	2011	A questão social tem sido vista na perspectiva sociológica com ameaça a ordem e a coesão social.
REVISTA	NETTO	2011	Esse foi um fenômeno novo se não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais venham de muito longe a polarização entre ricos e pobres altíssima a diferença sobre a população.

1) PSR COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL - COMO UM SEGMENTO QUE EXPRESSA A CONTRADIÇÃO CAPITAL E TRABALHO

2) A PROTEÇÃO SOCIAL DESTINADA A PSR

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Questão Social, Expressa as Desigualdade advinda da exploração do Capital trabalho, porem as estratégias de enfrentamento e pura exclusão Social privatizações, precarizações, eliminações de direitos.

Proteção Social Especial, à População de rua serão priorizada os serviços que possibilitem a Organização de um novo projeto de vida , visando criar condições para que adquira referencias na Sociedade brasileira, enquanto Sujeito de Direito (PNAS,2009, PAG 37).

Os avanços são o Conselho Nacional de Serviço Social, CNSS a Legião Brasileira de Assistência LBA, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e a Política Nacional de Assistência Social.

O assistente Social deve garantir o direito de informar aos usuários sobre seus direitos as possibilidades de acesso a programas, projetos e benefícios sócios assistenciais. Portanto nem sempre e possível, devido aos limites encontrados, por exemplo, a falta de recursos dentro dos equipamentos. Dificulta o trabalho do assistente social.

Assim consideramos a exclusão social como parte constitutiva da sociedade capitalista como bém cita Silva 2006. Desta forma a relação da população de rua com as políticas públicas é uma relação da população de cobertura infirma da quase completa exclusão.

Desta forma podemos concluir que o estado, deixar a população de rua a margem das política sociais, gerando então invisibilidade e negação de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São uma multiplicidade de situações que identificamos nesse Trabalho de Conclusão de Curso abordando as determinações de ordem sócias econômicas, familiares e políticas que levam essa população a estar e ficar em situação de rua.

Resgatamos nesse trabalho que a sociedade em que vivemos, em seu processo histórico de urbanização desenfreada e da industrialização tardia nos grandes centros, marcadamente no século XX até o presente, produziu um aumento da população em situação de rua.

Assim compreendemos que a retirada das proteções sociais e a negação de direitos a essa população que é mais atingida pelas expressões da questão social além de sua inconstitucionalidade atesta a desresponsabilização do Estado em seus deveres sociais, ao mesmo tempo, ausente e negligente, responsabilizando o indivíduo pelo conjunto de problemas que passam nas expressões da questão social.

Nossa preocupação desde o primeiro capítulo foi a de não culpabilizar os indivíduos que se encontram em situação de rua. Procuramos mostrar as imensas dificuldades que toda a população sofre com processos de emprego/desemprego, subemprego; as diversas expressões da questão social, banalizadas na vida dos sujeitos, as dificuldades econômicas, o desemprego, a rua como única saída. As dificuldades vividas diariamente, a discriminação, o preconceito e ódio de classe por que passam.

A falta de condições que o Estado não proporciona às camadas da população mais fragilizadas pelas expressões da questão social.

Dessa forma não se faz a reflexão do contexto histórico, econômico que perpassa o cotidiano das classes sociais e em particular da classe trabalhadora em seus extratos mais subalternizados e sim, faz-se uma moralização e uma individualização dos problemas sociais de cada pessoa, onde como mencionamos, defende que todos têm os mesmos direitos e oportunidades na vida, só não obtém sucesso quem não quer. Então os desempregados são

tratados, julgados e culpados pela incapacidade de conseguir um emprego, desconsiderando a real produção do exército industrial de reserva na sociedade capitalista. Ou seja, além das dificuldades e as escassas oportunidades de emprego, tanto para pessoas que tem um currículo qualificado (ensino superior completo, idiomas, outros empregos com carteira assinada comprovada) temos também uma gama de empregos de baixa renda que, devido ao exército industrial de reserva, os empregadores dispõem da opção de escolher quem deseja para adentrar ao mercado de trabalho - excluindo a população em situação de rua, pelos preconceitos, dentre outras discriminações.

Foi possível constatar, também, nessa pesquisa, as dificuldades que muitas pessoas em situação de rua têm para conseguir um emprego, por não ter um fundo de consumo, por não obterem condições financeiras básicas para ao menos buscarem um emprego, como por exemplo, terem condições financeiras para o meio de transporte, para um currículo impresso, conta em banco, telefone para contato, roupa adequada, condições de higiene.

Destacando, também, que quando alguém adentra a um emprego, necessariamente necessita ter um fundo de consumo para tentar sobreviver um mês, sem depender do salário inicial, que só é pago após um mês de cumprimento de serviço; sem esse fundo, torna-se cada vez mais difícil para o trabalhador se manter no emprego.

Concluimos analisando que esse público, vem se deparando com a negligência do Estado que causa a invisibilidade e negação de direitos nas políticas públicas e, além disso, atua de uma forma higienista com essa população, logo essa é a realidade das pessoas que utilizam a rua como seu lar. Nessa direção, nossa análise não se encerra aqui, mas, ao contrário, está apenas começando. Há muitos questionamentos permanentes a serem pesquisados, avanços e retrocessos. Muitos caminhos a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Entrevista – Não se deve jamais regulamentar a terceirização, mas impedi-la. Disponível: <http://esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-Nao-se-deve-jamaisregulamentar-a-terceirizacao-mas-impedi-la>
Acesso: 02 de maio de 2015.

ANTUNES, Ricardo. Entrevista – Não se deve jamais regulamentar a terceirização, mas impedi-la. Disponível: <http://esquerdadiario.com.br/Ricardo-Antunes-Nao-se-deve-jamaisregulamentar-a-terceirizacao-mas-impedi-la>
Acesso: 02 de maio de 2015.

ANTUNES, Ricardo; DUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo; DUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARGILES, Mariglei dos. Assistência Social e População em Situação de Rua. Disponível em: . Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANCO, Rodrigo Castelo. A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. Dissertação (mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Governo Federal. Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Sumário Executivo: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Política Nacional de Assistência Social –

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 2011.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. A rua em movimento. Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

COUTINHO, Beatriz Sierra et al. Questão social, estado no capitalismo e as políticas sociais. Monografia (bacharelado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente. Presidente Prudente/ SP, dezembro de 2004. Disponível em:

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene;

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene;

DRUCK, Graça. Terceirização - (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 2001. FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fund. Oswaldo Cruz/Editora da UFRJ, 2010.

DRUCK, Graça. Terceirização - (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 2001. FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fund. Oswaldo Cruz/Editora da UFRJ, 2010.

EDUFAL, 2010. HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3ª ed. São Paulo: Loyola. 1993.

EDUFAL, 2010. HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3ª ed. São Paulo: Loyola. 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mód. 3. Brasília: UNB/CEAD, 2000.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. “Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados.” In: Revista Direitos Humanos, Nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Janeiro 2012.

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: dilemas de precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, Gilmaisa M.; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (orgs). Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió:

GUERRA, Yolanda. Serviço Social: dilemas de precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, Gilmaisa M.; PRÉDES, Rosa; SOUZA, Reivan (orgs). Crise contemporânea e Serviço Social. Maceió:

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004. <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/317/307>. Acesso em: 28 nov. 2011. GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.) O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.) O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.) Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez,. 2008.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas. In: BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.) Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez,. 2008.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 3. Ed. São Paulo. Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). Serviço Social e Saúde. 1ª ed. São Paulo/Brasília: Cortez. Ministério da Saúde, 2012.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Nº 03. Jan/ Jun 2011. 11 PEREIRA, Potyara A. P. Política Social, temas e questões. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

PEREIRA, Potyara. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez. 2007. SILVA, Vini Rabassa;

PNAS/2004. reimpressão. Brasília, 2009.

RAQUEL, Sara Alves. Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis: um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. Florianópolis, 2012. RIO DO SUL. Prefeitura Municipal. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua: CREAS POP. Rio do Sul, 2010.

SILVA, Maria L. L. da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. SILVEIRA, Denise T; ENGEL, Tatiana E. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí. São Paulo: Cortez, 2008. _____

SPOSATI, Aldaíza. A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011. _____. SUAS: Sistema Único de Assistência. Manual informativo. Versão Resumida da Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

TARGINO, Ivan (orgs). Machas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

TARGINO, Ivan (orgs). Machas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

YAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In:

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei. População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Ed. Hucitec, 2010.

Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOBSUAS). 2013. BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 nov. de 2009.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua –

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011.

_____. SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010. Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. 22 de nov. 2010. Disponível em: . Acesso em: 26 de janeiro de 2015.

Telma Cristiane Sasso de Lima

Assistente Social

Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Regina Célia Tamasso Miotto

Doutora em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Pesquisadora PIBIC/CNPq

Professora no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Centro Sócio-Econômico

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Florianópolis – Santa Catarina

CEP: 88040-900

